



DESIGUALDADES SOCIAIS NO ÂMBITO URBANO A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

SOCIAL INEQUALITIES IN THE URBAN SCOPE THE IMPORTANCE OF THE ROLE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION

Carina Deolinda da Silva Lopes¹

Franceli Bianquin Grigoletto Papalia²

“Não há educação sem amor e sem esperança”
(FREIRE, 1983, p. 79)

Resumo: Diante da importância que a função da educação ambiental possui para o estudo, desde as informações sobre moradia, saneamento básico, coleta de lixo, seus déficits até a sua ligação com a degradação e impacto ambiental nas cidades do Brasil. Faz-se a discussão através de uma metodologia centrada na pesquisa bibliográfica, qualitativa, básica e descritiva, diante do contexto do ensino ambiental em se estabelecer uma reflexão a respeito dos contornos das desigualdades urbanas refletidas nos dados censitários e históricos brasileiros a partir da percepção sobre a falta de alcance adequado que transformam e separam regiões e classes sociais.

Palavras-chave: Educação ambiental; Desigualdades urbanas; Cidadania; Saber ambiental; Ecoalfabetização.

Abstract: Given the importance that the role of environmental education has for the study, from information on housing, basic sanitation, garbage collection, its deficits to its connection with degradation and environmental impact in Brazilian cities. The discussion is carried out through a methodology centered on bibliographic, qualitative, basic and descriptive research, in the context of environmental education, in order to establish a reflection on the contours of urban inequalities reflected in Brazilian census and historical data from the perception of the lack of adequate reach that transform and separate regions and social classes.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da UNIJUI, Mestre em Direito; Bolsista Capes, vinculada à linha de pesquisa do PPGDH/UNIJUI “Democracia, Direitos Humanos e Desenvolvimento”; Mediadora em formação pelo TJ/SC e AJURIS; Mestre em direito pela URI Santo Ângelo; Especialista em Direito Constitucional pela UNISUL e em processo civil pela ULBRA, Advogada. E-mail: lopesdeo@hotmail.com.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPel, Mestre em Educação pela UFSM; Especialista em Direito Processo Civil pela ULBRA, Advogada. E-mail: lopesdeo@hotmail.com.





Keywords: Environmental education; Urban inequalities; Citizenship; Environmental knowledge; Ecoliteracy.

Introdução

A análise que se apresenta está ligada a questões bastante visíveis em ambiente urbano, um dos reflexos mais presentes quando da não concretização dos serviços básicos do meio social referido são refletidas nas desigualdades, principalmente em relação a renda, saneamento básico, coleta de lixo, habitação, entre outros pontos que são percebidos a partir de um levantamento dos dados históricos e censitários brasileiros.

O presente texto inicia tratando da percepção geral sobre as principais desigualdades sociais brasileiras e os importantes impactos sociais e ambientais causados pela falta de igualdade nas condições básicas de qualidade de vida dos cidadãos em meio urbano.

Arelada a esta ideia está a importância que a função da educação ambiental possui para o estudo, desde as informações sobre moradia, saneamento básico, coleta de lixo, seus déficits e a sua ligação com a degradação e impacto ambiental nas cidades do Brasil.

Faz-se importante dentro do contexto do ensino ambiental estabelecer uma reflexão a respeito dos contornos das desigualdades urbanas refletidas nos dados censitários e históricos brasileiros a partir da percepção sobre a falta de alcance adequado de saneamento básico, coleta de lixo, habitação, entre outros que transformam e separam regiões e classes sociais.

Diante da importância que a função da educação ambiental possui para o estudo, desde as informações sobre moradia, saneamento básico, coleta de lixo, seus déficits até a sua ligação com a degradação e impacto ambiental nas cidades do Brasil.

A discussão se dá através de uma metodologia centrada na pesquisa bibliográfica, qualitativa, básica e descritiva, diante do contexto do ensino ambiental em se estabelecer uma reflexão a respeito dos contornos das desigualdades urbanas

refletidas nos dados censitários e históricos brasileiros a partir da percepção sobre a falta de alcance adequado que transformam e separam regiões e classes sociais.

1 Desigualdade no âmbito urbano

As cidades são um espaço de muitas interações e promoção da convivência humana, é neste espaço que muitas ações decorrem em meio social, sendo de suma importância desde a antiguidade para o surgimento de estados, desenvolvimento e favorecimento cultural, sendo considerada como um “local de encontro e convívio coletivos.” (SCHONARDIE, 2019, p. 122). E também de exercício e garantia de direitos.

Neste sentido David Harvey salienta que:

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade dependem inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sob o processo de urbanização. Como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. (2014, p. 28)

Observaremos que as discrepâncias e os níveis de desigualdades entre classes sociais e regiões do país são surpreendentes sobre a temática em apreço, contudo os dados censitários nacionais, apresentam limitações em relação às condições urbanas, principalmente em relação aos serviços urbanos, sendo assim em termos médios as condições urbanas melhoraram de forma substancial ao longo do tempo, sendo inquestionável a redução da desigualdade de acesso às melhores condições urbanas em sentido geral, porém os pontos de desigualdade que se seguem podem gerar conflitos sociais e ambientais. (ARRETCHE, 2015, p. 193)

MARICATO, destaca que:

De 1940 a 2010 a proporção da população brasileira vivendo nas cidades passou de 31% a 84%, com atuais cerca de 160 milhões de residentes urbanos. Pode-se dizer que foi um dos processos mais intensos de urbanização ocorridos no mundo durante o século XX. Esse deslocamento gigantesco de população está relacionado à histórica concentração da terra rural e ao fracasso da proposta de Reforma Agrária, uma das propostas de Reforma de Base sustentada pelos movimentos sociais e sindicais no período que antecedeu o Regime Militar que teve início em 1964. (2010, p. 19)



Um dos principais entraves à a falta de estruturação e inchaço demográfico das cidades que inviabiliza, impede e prejudica o planejamento, porém, podemos planejar e buscar uma cidade bem planejada e estruturada, mas:

Em sua concretude ela nunca atinge essa perspectiva. Sendo assim, as cidadessão sempre reais, pois comportam problemas sociais que interferem em seu planejamento. São possibilidades de se pensar o espaço urbano integrado à vida das pessoas que nele habitam. (SCHONARDIE, 2019, p. 17).

Percebemos indicadores de persistência de problemas de duas ordens, primeiro as evidentes dificuldades no fornecimento de certos serviços, e especialmente a coleta de esgoto, tendo em vista a prevalência de coberturas muito baixas; e em segundo a permanência de importantes desigualdades regionais e sociais no acesso aos serviços. (MARQUES, 2015, p. 223), além de que causam inúmeros conflitos sociais e prejuízos ao meio ambiente, uma vez que:

As cidades ideais também comportam problemas, pois os habitantes, sempre em constante movimento, encontram dificuldades de relacionamentos sociais, essas zonas periféricas são em geral produto do descaso do poder público com determinados estratos sociais, dando ensejo a muitos problemas sociais. (SCHONARDIE, 2019, p. 18).

Percebe-se que mais que uma separação por classes, as ações que emanam das desigualdades afetam também na triste realidade da degradação ambiental, uma vez que a falta de condições de sobrevivência adequadas acabam obrigando as pessoas a invadir áreas protegidas, desaguando esgoto de forma irregular, assim como a questão do lixo, que embora coletado, muitas vezes resta prejudicado em seu tratamento e principalmente a gestão nas cidades.

Neste sentido enfatiza Freire:

A gestão de cidades, no mundo contemporâneo, é um desafio dada à sua complexidade e interdisciplinaridade. A gestão local descentralizada estabelecida pela Constituição Federal e os desafios da sustentabilidade albergados pelo moderno constitucionalismo são necessariamente abordados de forma interdisciplinar, visto que o tema chama à análise de conceitos de várias ciências. A gestão urbana-ambiental traduzida em políticas públicas que se mostrem eficazes na consolidação da cidade sustentável é um desafio da contemporaneidade, principalmente no Brasil que assistiu a um processo de urbanização relâmpago, onde 80% da

população nacional, segundo IBGE, habita cidades sem planejamento, sem condições mínimas de dignidade humana e que contribuem substancialmente para o esgotamento dos recursos naturais e agravamento dos problemas globais. O problema ambiental global tem início no local. A descentralização político-administrativa e reconhecimento do município brasileiro como parte integrante da federação e espaço privilegiado da gestão pública significa um avanço político participativo, porém a ausência de correspondente capacidade de gestão frente à complexidade das questões urbanas-ambientais são constatações trágicas que alarmam os municípios brasileiros. (FREIRE, 2008, p. 2312)

Observa-se que a cidade dificulta seu consumo para as classes mais pobres, pois é vista como capital constante pelos proprietários que usam o ambiente como máquina na produção exclusivamente fabril, sendo evidente o desemprego para com a “oferta de habitações salubres a preços adequados à demanda, é que surgem soluções precárias como as favelas, os loteamentos clandestinos e suas casas autoconstruídas na periferia”. (Véras, 2003, p. 85)

É urgente a união de esforços para que ocorram mudanças significativas no planejamento e estruturar urbanos e também pela educação, em nosso cenário mundial, todos fazemos parte deste ambiente, deste cenário, assim, todos são responsáveis, seja como humanos, seja como docentes, seja como for, cabe a nós entender que o mundo é finito e que precisamos nos reeducar para a sobrevivência e preservação sustentável de todo o ecossistema terrestre, neste sentido:

A lição para as comunidades humanas é óbvia. Um dos grandes impactos entre a economia e a ecologia deriva do fato de que a natureza é cíclica, enquanto nossos sistemas industriais são lineares. Nossos negócios coletam recurso, transformam esses recursos em produtos mais resíduos, e vendem os produtos para os consumidores, que descartam ainda mais resíduos depois de terem consumido os produtos. (CAPRA; LUISI, 2014, p. 437).

Diante disso, fica claro que a falta de condições urbanas adequadas aos seus cidadãos, reflete na necessidade de uma educação ambiental voltada para a ação, para a prática e para o ensino de uma real ênfase do nosso papel para as mudanças em relação a esta temática, dando ensejo a luta por melhores condições urbanas, de saneamento, condições de sobrevivência e manutenção no meio em que vivemos.

2 Educação ambiental: Saber ambiental e ecoalfabetização

O saber ambiental enfatizado nos estudos de Enrique Leff e a ecoalfabetização



embasada nos ensinamento de Fritjof Capra, são conceitos que se desenvolvem à partir de um intercâmbio interdisciplinar, integrando processos naturais e sociais, matérias e pensamentos diferentes, e só pode acontecer por meio do diálogo de saberes entre as diversas identidades culturais, práticas tradicionais, processos produtivos e práticas pedagógicas.

Evidenciamos trabalhar a ideia sobre a percepção sobre a importância do saber ambiental para a busca de um desenvolvimento de conhecimentos e de uma ecoalfabetização do meio social no intuito de concretizar efetivamente conceito e formas de sustentabilidade ambiental e assim favorecer o desenvolvimento de condições mais propensas ao equilíbrio entre as desigualdades sociais e o ambiente urbano.

É necessário que as sociedades humanas tenham em mente que o saber ambiental se constrói a partir de um campo interdisciplinar que se integra com vários processos naturais e sociais, sejam eles materiais ou de pensamento e que acontece através de diálogos de saberes entre diversas identidades culturais, práticas tradicionais, processos produtivos e práticas pedagógicas que têm um objetivo comum de mudança do paradigma que favoreça a construção de um melhoramento do espaço urbano atual e preocupado com a reserva da preservação do do meio ambiente.

Na sequência verificamos a ideia de que é necessário alfabetizar ecologicamente as pessoas para que todos entendam a importância sobre a sustentabilidade também como preservação ambiental, devendo levar em conta que todos os habitantes do planeta caminham em uma cadeia de relações, que devem ser respeitadas.

Em meados de 2015 foi então dado início a construção e desenvolvimento da Agenda 2030 pelas Nações Unidas, sendo que está um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, a fim de possibilitar a reflexão pela comunidade mundial de seu papel social diante do lugar que ocupa.

Este documento visa fortalecer a paz universal com mais liberdade, perceber que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Relatam os países que elaboraram a Agenda 2030 que de sua determinação a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente.

Desta forma neste viés todos os países e todas as partes interessadas, devem atuarem parceria colaborativa, implementarão este plano. A Agenda referida busca libertar a humanidade da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o planeta Terra, apresenta-se os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

Figura 1- Imagem dos Objetivos de Desenvolvimento



Sustentável

Fonte: (ONU,
2015)

Dentro destes ODS encontram-se o objetivo 15 que trabalha a questão da vida terrestre visando proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda. (ONU)

Importante salientar neste trabalho a ideia de desenvolvimento sustentável que abrange o trabalho da agenda 2030, através de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 169 metas que contornam esses objetivos no sentido de concretizar os direitos humanos e conscientizar o mundo a respeito da necessidade de cuidado com a casa comum, no objeto do presente estudo mais especificamente o ambiente urbano, como os descritos nas Metas do ODS 11 ligado as cidades e comunidades sustentáveis.

Figura 1- ODS 11



Fonte: (ONU,
2015)

Entre as metas e objetivos encontram-se as seguintes:

11.1 até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

11.2 até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

11.3 até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

11.4 fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

11.5 até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao PIB global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.6 até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

11.7 até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, aos espaços públicos verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

11.a apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

11.b até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às alterações climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o “Sendai Framework” para a redução do risco de desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

11.c apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais (ONU, 2015)

Da leitura das referidas metas, percebemos que foram traçadas para o

melhoramento urbano e encontramos em sua leitura um viés importante de comunicação interdisciplinar com o ODS 4 a respeito do objeto deste trabalho a importância da educação para a formação do ser humano, que aqui vai dialogar mais estritamente com a educação e o saber ambiental em prol de uma urbanização mais sustentável.

Dentro deste contexto encontram-se guardada o conteúdo das cidades sustentáveis e a educação em favor do desenvolvimento deste espaço que deve ser cada vez mais difundido e abarcado dentro da educação ambiental e que contempla também a busca pela sustentabilidade da vida humana na terra.

Objetivamos a ideia de buscar a percepção sobre a importância do saber ambiental para a busca de um desenvolvimento de conhecimentos e de uma ecoalfabetização do meio social no intuito de concretizar efetivamente conceito e formas de sustentabilidade ambiental.

A educação ambiental, a ecoalfabetização, aparece como um mero processo de conscientização de cidadãos ou de profissionais para a gestão ambiental orientada para a dominação econômica. Necessitamos de uma modificação de olhar para a expansão do conhecimento a respeito da proteção, equilíbrio e continuidade do meio ambiente.

É fundamental para educação ambiental e aprimoramento do espaço urbano se discutir temas como globalização, ambiente e desenvolvimento, democracia ambiental, ecologia produtiva, ética ambiental, direitos culturais, modernidade e pós-modernidade, sociologia do conhecimento e racionalidade ambiental, psicanálise, interdisciplinaridade, educação ambiental, demografia, qualidade de vida, desenvolvimento e, especialmente a formação do saber ambiental.

Neste conjunto que faz com que a vida aconteça na Terra tem uma propriedade de ímpar no momento em que está em toda a Terra e abrange todos os seres vivos, ocupando qualquer espaço livre. Acontece que os seres humanos por muitos anos viveram apenas dos recursos naturais, acreditando que esses eram infinitos, sem pensar nas futuras gerações.

E se pensar nossas futuras gerações, está efetivamente relacionado com a ética ambiental e com a educação ambiental, haja vista que a crise ecológica não significa apenas o surgimento de problemas ambientais, mas a necessidade de novas formas de enxergar o mundo e especialmente a natureza. (JUNGES, 2004, p. 51) e seus diferentes



espaços.

Neste sentido parece indispensável que ocorra uma reflexão cultural, uma mutação que supere a visão reducionista e alcance um enfoque mais global a respeito do meio ambiente. Para tal a Lei nº 9.795/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, afirmando em seu artigo 2º, que a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente na Educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal

Já o artigo 3º, inciso II, da referida lei complementa a ideia ao prescrever que cabe às “instituições educacionais promover a Educação Ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.

A Educação Ambiental é evidenciada também junto aos Parâmetros Curriculares Nacionais orientam que assim como todos os temas transversais, deve ser trabalhada de forma interdisciplinar.

Trata se de passagem de um reducionismo científico metodológico que fragmenta a natureza para conhecê-la há uma cultura sistêmica que compreende as inter-relações presentes no meio ambiente, inclusive trazendo a reflexão de que o ser humano faz parte desse meio, nesse viés englobando seu espaço como urbano, neste sentido o autor José Roque Junges, aponta que:

O ser humano é um elo desse processo. Está inserido no ambiente físico, químico é biológico, implicado como qualquer outro vivente nos processos de circulação das substâncias nutrientes, de fluxo de energia e de manutenção do equilíbrio. Mas o ser humano, diferente dos outros seres, desenvolveu um confronto cultural com o seu quadro vital, enfraquecendo sua relação de dependência do ambiente biótico. Pela cultura, o ser humano cria um gerenciamento do ambiente, conferindo a este identidade própria em harmonia com o ecossistema natural ou comprometendo dramaticamente o seu funcionamento. (JUNGES, 2004, p. 57).

As sociedades humanas desenvolveram a capacidade de intervir no ambiente e nos processos naturais, seguindo objetivos e modelos próprios, desta forma têm responsabilidade ética sobre suas ações, principalmente a de preservar a qualidade do ambiente e que agem no uso dessa capacidade uma vez que existe a intervenção na natureza e sua preservação deve ser entendida como uma exigência ética porque dependida da decisão humana, sendo essa a base da ética ambiental. (JUNGES, 2004, p. 58), sendo também papel da educação ambiental.

Neste sentido o autor Enrique Leff menciona que para compor um “caleidoscópio em que o conceito de ambiente adquire novas luzes e matizes, onde os reflexos de cada tema sobre os outros vão delineando novas vertentes e abrindo novos campos de aplicação. O saber ambiental, crítico e complexo, vai se construindo num diálogo de saberes e num intercâmbio interdisciplinar de conhecimentos; [...]” (LEFF, 2001, p.13)

O saber ambiental se constrói à partir de um intercâmbio interdisciplinar, integrando processos naturais e sociais diferenciados, matérias e pensamentos diferentes, e só pode acontecer por meio de diálogo de saberes entre as diversas identidades culturais, práticas tradicionais, processos produtivos e práticas pedagógicas.

Neste viés percebe-se que o saber é fonte de certezas e identificações, sendo que o saber ambiental questiona a racionalidade científica que cerceia a natureza e cerca a história, contribuindo para o combate, as incertezas de paradigmas legitimados e



institucionalizados e agrega as manifestações de outros saberes, de outros sentidos e significações, à partir dos quais se constroem novas idealizações para proteção dos bens comuns, os bens ambientais (LEFF, 2001, p. 196).

Neste sentido, o saber ambiental não só busca completar o conhecimento e o saber da realidade existente, mas embasa e orienta a construção de outra organização social que não seria a projeção das tendências atuais para o futuro. (LEFF, 2001, p. 234), contribuindo para que: “ A educação ambiental tente articular subjetivamente o educando à produção de conhecimentos e vinculá-lo aos sentidos do saber. Isto implica fomentar o pensamento crítico, reflexivo e propositivo face às condutas automatizadas, próprias do pragmatismo e do utilitarismo da sociedade atual.” (LEFF, 2001, p. 250) contribuindo especialmente para o desenvolver das cidades com enfoque sustentável.

No caminho do saber ambiental temos a noção pedagógica ambiental concebida no sentido de que:

A pedagogia do ambiente implica tomar o ambiente em seu contexto físico, biológico, cultural e social, como uma fonte de aprendizagem, como uma forma de concretizar as teorias na prática a partir das especificidades do meio. Porém, o saber ambiental não é um conhecimento que se extrai da realidade empírica. É um projeto de revisão e reconstrução do mundo através de estratégias conceituais e políticas que partem de princípios e fundamentos de uma racionalidade ambiental que foram desterrados e marginalizados pelos paradigmas dominantes da ciência, como impurezas do conhecimento e externalidades do processo de desenvolvimento.[...]. (LEFF, 2001, p. 258)

A necessidade de percepção de mudanças no pensar e no agir a respeito da educação e no saber ambiental manifesta a importância do tema para a sobrevivência no meio urbano e o desenvolvimento de meios sustentáveis, “[...] o saber se converte em objeto privilegiado de estudo, para captar a constituição e mobilização de atores sociais e seus projetos societários, através de sistemas de conhecimento e codificações do mundo que incorporam e articulam os potenciais da natureza com seus sentidos existenciais.[...]” (LEFF, 2001, p. 280).

Essa mudança no modo de pensar, acredita-se que perpassa pela ideia de ecoalfabetização, onde através de uma concepção ecológica do direito, consigamos criar uma nova ordem ecojurídica, visando desenvolver o poder do povo.

Alfabetizar ecologicamente as pessoas de uma comunidade, centros urbanos,

através do eu os outros mencionam, é extremamente importante, sendo que através disto se introduzirão também na vida social e no direito mudanças que abarquem a sustentabilidade e preservação ambiental demonstrando o entendimento de que o homem não está e não é sozinho no planeta, mas, que pertence a uma rede conexa de habitantes vivos do planeta, e que o poder deve ser compartilhado, uma vez que todos possuem igual acesso aos consumos globais.

Vale salientar que essas mudanças pela ecoalfabetização deve levar em conta que os habitantes do planeta não são apenas os seres humanos, mas também animais, plantas e todo o ecossistema da terra, focando em um entendimento primordial do todo e não apenas de suas partes componentes. (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 63) e que muitas vezes acabam perdendo seus espaços pelo aumento desenfreado das cidades.

Já o autor Enrique Leff (2001) demonstra uma grande e constante preocupação sobre o processo de degradação ambiental que encerra também o avanço da desigualdade social e a corrosão da qualidade de vida, que são faces da mesma moeda, ou melhor, a crise do mundo globalizado.

Evidencia-se também que o ambiente vai além da realidade visível, sendo a soma de aspectos físicos, biológicos e simbólicos, que por meio de ações econômicas, científicas e técnicas são reorganizadas e reconduzidas pelo homem, é necessário enfatizar o olhar para a educação ambiental, neste sentido:

A Educação Ambiental nasce como um processo educativo que conduza um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e coresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. (SORRENTINO, 2005, p. 287)

Numa era de globalização em que a oferta de bens de consumo é exorbitante e exagerada, um dos grandes desafios é construir e dar apoio a concretização de assuntos como a assistência às comunidades sustentáveis, ambientes sociais, culturais e físicos onde possamos fazer as nossas pretensões e aspirações sem comprometer as oportunidades das futuras gerações. (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 61).



Carvalho enfatiza que evidenciase o surgimento da educação ambiental como um processo educativo que traça um caminho para o saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, implicando olhares importantes entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Esta modalidade de educação, segundo o autor citado deve ser direcionada para a cidadania ativa, visando construir uma cultura ecológica que compreenda natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas (Carvalho, 2004, p. 56).

É necessário um novo entendimento acerca do sentido de habitat equilibrado como suporte ecológico e do habitar no espaço geográfico, em sentido contrário ao cenário atual, considerando-o como insustentável, dizendo que a cidade tornou-se um local corrompido pelo capital onde há excesso de consumo, a população esta cada vez maior e vivendo em espaços cada vez menores e se desperdiça energia.

Há ainda uma exploração excessiva dos recursos naturais, da água e excesso de lixo, tudo isso sendo fruto da globalização, bem como problemas inerentes as cidades. Neste sentido e como consequências a realidade da humanidade atual:

Por causa dessa situação calamitosa, que ameaça a própria sobrevivência da humanidade, o problema da sustentação da vida na Terra passou a ocupar o centro do palco nos últimos anos. A preocupação com o meio ambiente não é mais umas das muitas “questões isoladas”. É o contexto de todas as outras coisas – nossas vidas, nossos negócios, nossa política. O grande desafio do nosso tempo é o de como construir e nutrir comunidades e sociedades sustentáveis. Por isso, transmitir uma compreensão clara sobre a sustentabilidade transformou-se em um papel crítico da ecologia. (CAPRA; LUISI, 2014, p. 434).

Assim é importante perceber a importância que possui o saber ambiental e a expansão de uma educação focada no ecológico e no interdisciplinar que perceba que:

A questão ambiental não se esgota na necessidade de dar bases ecológicas aos processos produtivos, de inovar tecnologias para reciclar os rejeitos contaminantes, de incorporar normas ecológicas aos agentes econômicos, ou de valorizar o patrimônio de recursos naturais e culturais para passar para um desenvolvimento sustentável. Não responde à necessidade de preservar a diversidade biológica para manter o equilíbrio ecológico do planeta, mas de valorizar a diversidade étnica e cultural da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade, em harmonia com a natureza. (LEFF, 2001, p. 57)

O ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, onde se evidenciam-se novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais, trata-se de um saber ambiental que vai se ocupar de um espaço vago pelo progresso da racionalidade científica, “como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de preocupação teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso.” (LEFF, 2001, p. 17).

Com isso o conceito de qualidade de vida está centrando no meio social, fazendo-se necessário o conhecimento de todos de um saber ecológico, pautado na sustentabilidade e no meio ambiente, um saber ambiental, tais exigências ambientalistas transcendem as aspirações por uma melhor qualidade de vida, suscitando um novo direito à terra e ao trabalho, as tradicionais demandas de emprego e salário, como também de satisfação das necessidades básicas através do consumo e da oferta de satisfatores de uma economia de bem-estar (LEFF, 2001), sendo que essa consciência ambiental se coloca como de suma importância, convocando todo o indivíduo como sujeito moral para construir uma nova realidade social. (LEFF, 2001, p.92).

Afinal, a educação ambiental, possui papel especial e essencial junto da organização e manutenção da vida humana, não pode estar aprisionada a formas e a uma grade curricular rígida, mas deve fazer da sua especialidade o diferencial na construção de ampliação de conhecimentos em uma diversidade de eixos e áreas de conhecimento, com foco na sustentabilidade ambiental local e do planeta, envolvendo conhecimento científico às culturas tradicionais, “estudando a dimensão da ciência, abrindo janelas para a participação em políticas públicas de meio ambiente e para a produção do conhecimento no âmbito da escola.” (SORRENTINO, 2005, p. 289)

Conclusão

O tema deste trabalho centrou-se em trazer a reflexão, de forma breve, a respeito das desigualdades sociais no âmbito urbano e a importância do papel da educação ambiental, para isso efetuamos uma breve apresentação a respeito da temática da desigualdade no âmbito urbano.



Posteriormente bordamos a questão da educação ambiental pelo vies da ecoalfabetização e saber ambiental a fim se ser pensada como uma forma de auxiliar o meio social a diminuir as desigualdade sociais e os reflexos e impactos ao meio ambiente através do ensejo educacional.

Salienta-se neste texto que se torna indispensável que ocorra uma reflexão cultural, uma mutação que supere a visão redutiva e alcance um enfoque mais global a respeito do meio ambiente. Trata se de passagem de um reducionismo científico metodológico que fragmenta a natureza para conhecê-la há uma cultura sistêmica que compreende as inter-relações presentes no meio ambiente, inclusive trazendo a reflexão de que o ser humano faz parte desse meio

Para que haja essa mudança no meio social é necessário que a desigualdade ambiental não seja entendida através de um raciocínio onde os custos ecológicos permanecem em uma lógica de mercado, sendo que a equidade da sustentabilidade deve levar a perceber como a racionalidade tecnológica e econômica, afetando os equilíbrios ecológicos existentes e as formas culturais de acesso e transformações da natureza, gerando novas formas de desigualdade social e de distribuição ecológica entre os diferentes atores sociais. (LEFF, 2001, p.128).

A educação para uma ensinar ambiental é fundamental como um eixo de possibilidades às mudanças necessárias para o cuidado e preservação ambientais, também auxiliando no desenvolvimento de práticas que diminuam as desigualdades sociais, afinal onde existem problemas desta esfera, também existem impactos ambientais em diferentes espaços, como o urbano, objeto desta breve análise.

Referências:

ARRETCHE, Marta. (org.) **Trajatórias das desigualdades:** com o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos / organização. - 1 ed. - São Paulo: Editora Unesp; CEM , 2015 .

CAPRA, Fritjof. MATTEI, Ugo. **Revolução Ecojurídica.** São Paulo: Editora Cultrix, 2018.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A visão Sistêmica da Vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas.** São Paulo: Editora Cultrix, 2014.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção do sujeito ecológico:** A invenção do sujeito



ecológico narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed.Universidade/ UFRGS, 2001.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

FREIRE, Geovana Maria Cartaxo de Arruda. **Direito à cidade sustentável**. Disponível em:

http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/07_499.pdf. Acesso em: 10. Out. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 79p. 11ed.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. MartinsFontes, São Paulo, 2014.

JUNGES, José Roque. **Ética ambiental**. Editora Unisinos, São Leopoldo, 2004.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Trad. Sandra Valenzula; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFF, Enrique; **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 4ª Ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MARICATO, E. O Estatuto da Cidade Periférica. In: **O Estatuto da Cidade: comentado**. Organizadores Celso Santos Carvalho, Ana Claudia Rossbach. – São Paulo:Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. 120 p.: il.

MARQUES, Eduardo. Condições habitacionais e urbanas no Brasil. In: ARRETCHE, M. **Trajетória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. 4. ed. (7 saberes necessários à Educação do Futuro rad. Catarina E. F. da Silva e Jeanne Sawaya) São Paulo/ Brasília: Cortez/ Unesco, 2001. 118p.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: Ecodesenvolvimento crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986 ONU. **Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 14. Set. 2020.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. SOCIEDADE URBANA: desigualdade e exclusão sociais. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 38, p. 79-114, jan./jun. 2003. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/18616-Texto%20do%20Artigo-62960-1-10-20060814.pdf. Acesso em: 25. Jan. 2022.

SCHONARDIE, Elenise Felzke; RICOTTA, Giuseppe; CANABARRO, Ivo dos Santos. **Múltiplos olhares sobre as cidades: controle social, memória e direitos humanos**. 2.Ed. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2019.

SORRENTINO et all. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WMXKfTbHxzVcgFmRybWtKrr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14. Marc. 2022.